



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SECONT Nº 01/2015 RELATIVA AO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

1 Às dezesseis horas do dia vinte e seis de março de dois mil e quinze, no  
2 Auditório do Palácio da Fonte Grande, situado na Rua Sete de Setembro, nº  
3 362, 1º andar, Centro de Vitória–ES, teve início a Audiência Pública SECONT nº  
4 01/2015, relativa ao Projeto de Modernização e Ampliação do Portal da  
5 Transparência do Governo do Estado do Espírito Santo. A Audiência foi  
6 declarada aberta pelo Sr. **Marcelo Barbosa de Castro Zenkner**, Secretário de  
7 Estado de Controle e Transparência, que iniciou sua fala agradecendo a  
8 presença dos servidores da Secretaria de Estado de Controle e Transparência –  
9 SECONT e demais convidados, em especial o Sr. Leonardo Oggioni Cavalcanti  
10 de Miranda, Defensor Público-Geral, destacando a importância da transparência  
11 como elemento de cidadania. Ressaltou a qualidade da atual versão do Portal,  
12 uma vez que atende à legislação vigente e é tido como referência no país, mas  
13 que ainda existe espaço para aprimoramento. Continuou dizendo que já foram  
14 identificados alguns aspectos que podem ser melhorados e que permitirão  
15 ampliar o controle das contas públicas pelo cidadão, inclusive no que diz  
16 respeito ao estágio das obras públicas, valores de diárias pagas a servidores  
17 públicos e valores pagos para publicidade. Segundo o Secretário, o que se  
18 pretende é estimular o cidadão a exercer o controle social, prática indutora para  
19 o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Destacou que gerir o Portal é  
20 uma das funções mais importantes da Secretaria, pois aquela ferramenta de  
21 transparência é reconhecida internacionalmente como um fator inibidor da  
22 prática da corrupção. Dessa forma, são necessários dois pilares para sustentar o  
23 combate à corrupção por meio da transparência: um Portal de qualidade e o  
24 exercício da cidadania. Ele prosseguiu dizendo que a realização desta Audiência  
25 Pública quebra o paradigma de que um Portal da Transparência deva ser  
26 construído dentro dos gabinetes, sem participação popular, pois agora  
27 conhecemos o que o cidadão deseja que esteja disponível no Portal, ou seja, os  
28 pontos mais sensíveis em relação às despesas públicas. Além da Consulta  
29 Pública com Audiência Pública, a pesquisa disponível no *site* da SECONT  
30 também tem subsidiado a tomada de decisão do projeto, pois indica os pontos  
31 de maior interesse por parte da população. Assim, hoje serão apresentadas e  
32 discutidas abertamente as propostas encaminhadas por meio da Consulta  
33 Pública, bem como registradas novas sugestões que possam ser tiradas da  
34 Audiência. Ressaltou o Secretário que, apesar da necessidade de tornar o Portal  
35 mais próximo do cidadão comum e intuitivo, é preciso garantir o acesso de  
36 conteúdo qualificado ao usuário de perfil mais técnico, tais como auditores de  
37 controle interno e externo, procuradores, promotores, defensores, meio  
38 acadêmico e imprensa, dentre outros. Finalmente, salientou Dr. Marcelo,  
39 também estão previstos avanços que permitirão o acesso *mobile* ao Portal, ou  
40 seja, por meio de *tablet* e celular, pois é necessário acompanhar a evolução  
41 tecnológica e, com isso, propagar a participação social no controle das contas



42 públicas. Concluindo sua fala, o Secretário, então, passou a palavra ao Auditor  
43 do Estado e Subsecretário de Estado da Transparência, **Sr. Luis Fernando**  
44 **Mendonça Alves**. O subsecretário informou que o objetivo da Audiência seria  
45 divulgar e debater as contribuições apresentadas pela sociedade para o Projeto  
46 de Modernização e Ampliação do Portal da Transparência do Estado do Espírito  
47 Santo. Em seguida, apresentou a agenda da Audiência e a metodologia do  
48 debate, que seria realizado após a apresentação das contribuições  
49 encaminhadas por meio da Consulta Pública. Finalmente, informou que o  
50 resultado da Audiência constará de Relatório Consolidado abrangendo todas as  
51 proposições já encaminhadas, as manifestações apresentadas nesta reunião e a  
52 conclusão final. Finalizou informando que o extrato da Audiência será publicado  
53 no Diário Oficial do Estado no prazo de 15 (quinze) dias, contados desta data,  
54 sendo que o inteiro teor da Ata e o Relatório Consolidado serão disponibilizados  
55 no *website* da Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT  
56 ([www.secont.es.gov.br](http://www.secont.es.gov.br)). Em seguida, passou a palavra ao Auditor do Estado e  
57 Gerente do Projeto de Modernização e Ampliação do Portal, **Sr. Fabrício**  
58 **Massariol**, a quem coube apresentar o escopo sintético do projeto. O Sr.  
59 Fabrício iniciou lembrando que o Portal da Transparência é o instrumento oficial  
60 do Poder Executivo Estadual para a divulgação das informações da gestão  
61 governamental. Em seguida, fez um breve histórico do Portal, desde o seu  
62 lançamento até as evoluções que o tornaram uma referência no Brasil.  
63 Destacou, também, a necessidade de realizar uma atualização da plataforma  
64 tecnológica do Portal, bem como promover a ampliação e integração das  
65 informações e melhorar a interface de apresentação. Prosseguiu, informando  
66 quais são as fontes de informação utilizadas no projeto: o direcionamento  
67 estratégico dado ao tema transparência pública pela Atual Administração, a  
68 consulta pública, a pesquisa de opinião, a análise de outros portais e o  
69 diagnóstico da equipe responsável pela gestão do Portal. Tudo isso, combinado  
70 com a análise das demandas e interesses do público alvo/usuários, forma a  
71 base de delimitação do escopo do projeto. O Gerente concluiu sua exposição  
72 apresentando o cronograma macro do projeto e ressaltando a importância de  
73 participação da sociedade para o sucesso do mesmo. Em seguida, passou a  
74 palavra ao Auditor do Estado e assessor da Subsecretaria de Estado da  
75 Transparência, **Sr. Ricardo Monteiro Oliveira**. Coube ao assessor fazer uma  
76 apresentação do Relatório Consolidado das Contribuições encaminhadas no  
77 período da Consulta Pública, realizada entre os dias 02 e 20 de março de 2015.  
78 O expositor apresentou 17 (dezesete) contribuições. Sobre cada uma delas foi  
79 apresentada a análise da equipe técnica do Portal, bem como o  
80 encaminhamento que seria dado. Além das mencionadas contribuições, também  
81 foram apresentadas outras 05 (cinco) contribuições que não eram pertinentes ao  
82 Portal, mas que serão tratadas no âmbito das Unidades Gestoras. Essas  
83 contribuições serão encaminhadas aos respectivos gestores para que eles,  
84 juntamente com suas equipes técnicas, possam avaliar os procedimentos  
85 necessários para divulgá-las nos respectivos *sites* institucionais. Concluída a  
86 exposição, o Sr. Ricardo devolveu a palavra ao Subsecretário **Luis Fernando**, a



87 quem coube dar início ao debate e mediá-lo. A primeira manifestação foi do  
88 Auditor do Estado **Fabrizio Ceccato Borgo**, que informou que teria  
89 encaminhado uma sugestão para divulgar no Portal a frota de veículos do  
90 Estado, informando marca, modelo e placa. A resposta do mediador foi que a  
91 sugestão foi registrada na Pesquisa de Opinião e não no formulário da Consulta  
92 Pública e, por conta disso, não foi apresentada na Audiência. De qualquer  
93 forma, o mediador informou que a sugestão foi acatada e que será analisada  
94 pela equipe técnica. O mediador informou que até o momento a Pesquisa de  
95 Opinião recebeu cerca de 800 (oitocentas) opiniões e 170 (cento e setenta)  
96 contribuições. Todas serão organizadas por tema, pois a metodologia difere da  
97 Audiência Pública, onde são discutidas as propostas individualmente. Em  
98 seguida, a palavra foi concedida ao **Sr. José Mauro Sales da Penha**, Vice-  
99 Presidente dos moradores da Praia de Itaoca – município de Itapemirim. Ele  
100 informou que o *site* da prefeitura não publica as informações na forma prevista  
101 em lei. Ele citou como exemplo uma obra de pavimentação sobre a qual não se  
102 sabe quais ruas serão contempladas no projeto. Também, segundo ele, não  
103 estariam disponíveis informações sobre despesas com pessoal no Portal  
104 municipal. Ele salientou que tal situação já foi repassada à Câmara de  
105 Vereadores e essa, por sua vez, acionou o Ministério Público, mas que mesmo  
106 assim a situação não foi alterada. Ele ressaltou que seria vedado o repasse de  
107 recursos de convênio do Estado aos municípios que não publicam as  
108 informações no Portal. Em relação a isso, o mediador, Sr. Luis Fernando  
109 Mendonça Alves, informou que a ação concreta decorrente da Audiência será a  
110 SECONT encaminhar um ofício ao Prefeito de Itapemirim para dar ciência dos  
111 fatos relatados pelo Sr. José Mauro, bem como alertá-lo sobre a necessidade de  
112 realizar ajustes no Portal municipal para ampliar a transparência. Na sequência,  
113 o **Sr. Vinicius Gazzoli Rangel**, Subgerente de Projetos do PRODEST, pediu a  
114 palavra. Após parabenizar a iniciativa da Audiência e a equipe responsável pelo  
115 projeto, do qual participa representando o PRODEST, fez uma análise sobre  
116 qual o nível de confiança que cidadão comum pode esperar ao acessar os  
117 dados do Portal. Também perguntou quais informações serão apresentadas no  
118 novo recurso de mapa georreferenciado que será incorporado ao Portal e se  
119 dentre elas haverá a informação de número de vagas de escolas, número de  
120 médicos na unidade de saúde, quantos policiais estarão alocados nas  
121 delegacias, etc. O mediador respondeu informando que pela manhã ele esteve  
122 em reunião com a Secretaria de Estado da Educação - SEDU, tendo sido  
123 levantado quais informações de interesse do cotidiano do cidadão poderiam ser  
124 disponibilizadas pela SEDU para publicação no Portal. A resposta foi  
125 considerada positiva, pois muitas informações de interesse do cidadão já estão  
126 sistematizadas, o que facilitaria a exportação para o Portal para publicação. O  
127 mediador também fez comentários sob a forma de funcionamento do mapa  
128 georreferenciado, onde serão mostrados os equipamentos públicos de cada um  
129 dos municípios, contemplando a iniciativa de disponibilizar no Portal as  
130 informações de interesse do cidadão comum, uma vez que determinados grupos  
131 de informações são direcionados aos usuários com perfil especializado, como



132 aqueles dos órgãos de controle e meio acadêmico. Finalmente, o mediador  
133 concluiu informando que a questão das informações georreferenciadas para o  
134 cidadão comum será priorizada no projeto. Em seguida, pediu a palavra o **Sr.**  
135 **Valckir**, representante da Associação dos Diplomados da Escola Superior de  
136 Guerra – ADESG. Ele perguntou o que é uma audiência pública, quais órgãos  
137 são obrigados a publicar suas informações no Portal e qual a frequência de  
138 atualização dos dados do Portal. O mediador iniciou a resposta informando que  
139 a audiência pública é uma reunião aberta a todos e que tem por objetivo discutir  
140 um tema de interesse público. Em relação à abrangência do portal, ele informou  
141 que os órgãos do Poder Executivo Estadual têm suas informações  
142 disponibilizadas no portal, que é atualizado diariamente. Algumas informações  
143 são atualizadas mensalmente, como, por exemplo, salário e cargo dos  
144 funcionários públicos. Na sequência, pediu a palavra a Auditora do Estado, **Sra.**  
145 **Leticia Campos Souza**. A auditora sugeriu uma melhoria na interface nas  
146 consultas para usuários. Segundo ela, as informações estão disponíveis no  
147 Portal, entretanto, muitas vezes é necessário acessar várias páginas até chegar  
148 ao resultado desejado. Também foi relatada a necessidade de se exportar várias  
149 tabelas, uma por cada tela da consulta, para agrupar as informações em uma  
150 planilha, quando o ideal seria fazer isso de uma só vez. A resposta do mediador  
151 é de que o diagnóstico realizado no Portal já identificou a necessidade de  
152 melhorar a forma de apresentação das informações, bem como o processo de  
153 exportação das informações. A palavra foi repassada ao Gerente do Projeto, Sr.  
154 Fabrício Massariol, que deu maiores detalhes de como funcionará no novo  
155 portal, ressaltando de que a apresentação das informações será feita na  
156 estrutura de árvore, o que permitirá ao usuário detalhar, nível a nível, a  
157 informação desejada. O próximo participante a pedir a palavra foi o **Sr. Alberto**  
158 **Dias Silveira**, Secretário da Associação dos Moradores de Itaoca, Município de  
159 Itapemirim. Ele sugeriu que SECONT, antes encaminhar ofício à prefeitura sobre  
160 a questão do Portal da Transparência daquele município, fizesse uma avaliação  
161 técnica do mesmo. Outra sugestão foi de que as prestações de contas dos  
162 poderes adotassem a linguagem cidadã, de forma a proporcionar mais  
163 transparência, inclusive em relação aos projetos que são encaminhados ao  
164 legislativo, porque muitas vezes não são compreendidos pelos cidadãos mais  
165 humildes. Em resposta, o mediador informou que será dado o encaminhamento  
166 na forma proposta. Será feito um levantamento dos recursos repassados pelo  
167 Estado ao Município. Também será feita, como sugerido, uma análise do Portal  
168 municipal como forma coletar evidências sobre a situação relatada. Em relação  
169 à linguagem cidadã, o mediador informou que este já é um ponto de observação  
170 para o novo Portal e que, por isso, no escopo do projeto está previsto  
171 disponibilizar vídeos explicativos sobre cada uma das informações do Portal, o  
172 que irá proporcionar uma melhor compreensão por parte do cidadão comum,  
173 bem como motivá-lo a acessar aquela ferramenta de transparência. Em seguida,  
174 pediu a palavra o **Sr. Gerson de Jesus**, Presidente do Sindicato dos  
175 Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo -  
176 SINDIPUBLICOS. Ele informou que havia encaminhado 05 (cinco) sugestões à



177 Consulta Pública, dentre as 04 (quatro) que foram acatadas. Ele elogiou a  
178 Audiência e solicitou que a SECONT encaminhe pedido ao Governador no  
179 sentido de realizar concurso para o cargo de Auditor do Estado, como forma de  
180 fortalecer a transparência no âmbito do Estado. Ele questionou qual o  
181 encaminhamento dado à sugestão de explicar mais didaticamente o quadro de  
182 despesas com pessoal em comparação com a Receita Corrente Líquida,  
183 conforme previsto na Lei Complementar 101. Também questionou sobre as  
184 informações divulgadas sobre o déficit envolvendo as contas da saúde,  
185 especialmente após o repasse realizado recentemente pelo Governo Federal.  
186 Também questionou a situações dos hospitais filantrópicos. Neste sentido,  
187 solicitou à SECONT uma avaliação dos números da saúde para verificar se  
188 efetivamente existe déficit, bem como que fosse feita uma avaliação da situação  
189 dos hospitais filantrópicos. Finalmente, solicitou uma avaliação de um estudo da  
190 situação financeira do Estado elaborado pelo sindicato, bem como que a ideia  
191 da Audiência Pública fosse adotada pelas demais secretarias e um controle  
192 maior no Portal para que não venha acontecer um problema que ocorreu no  
193 passado envolvendo diárias de servidores. O mediador agradeceu a contribuição  
194 do presidente do sindicato e deu início às respostas. Em relação ao concurso, o  
195 mediador informou que cerca de 90% do quadro está preenchido, mas que  
196 mesmo assim faz-se necessário realizar concurso para formação de cadastro de  
197 reserva. Em relação à contribuição encaminhada à Consulta Pública sobre  
198 Despesas com Pessoal, o mediador informou que a mesma foi registrada como  
199 a de número 14 (quatorze) e que a mesma foi acatada e sobre a qual haverá o  
200 encaminhamento apresentado, mas que a forma de apresentação continuará  
201 seguindo o modelo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Em  
202 relação ao estudo elaborado pelo SINDIPUBLICOS sobre as finanças do  
203 Estado, o mediador sugeriu que o mesmo seja encaminhado formalmente à  
204 SECONT para que seja realizada a análise do documento. As demais sugestões  
205 também foram registradas e sobre elas serão dados os encaminhamentos  
206 devidos. Em seguida, pediu a palavra o **Sr. Miguel Ferreira Júnior**, Secretário  
207 Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Espírito Santo –  
208 SINTRACONST-ES. Ele iniciou sua fala elogiando a Audiência Pública e a  
209 iniciativa de proporcionar maior transparência ao Portal. Ele informou que o  
210 SINDTRACONST-ES foi o autor da contribuição de número 11 (onze), que  
211 demonstra a necessidade de haver mais informações sobre as obras públicas,  
212 inclusive nos órgãos contratantes. Outro ponto abordado foi que o sindicato  
213 recebe diversas demandas dos empregados das obras de construção civil  
214 contratadas pelo Estado onde são relatadas e constatadas situações em que as  
215 empresas atrasam o salário e não contribuições sociais (FGTS, INSS, etc.), mas  
216 que isso não tem sido observado no processo de pagamento do Estado às  
217 empresas contratadas. Ele questiona o critério de fiscalização e, mesmo  
218 reconhecendo a dificuldade em se agregar todas as informações sobre as obras  
219 em um único espaço, é necessário aprimorar o controle. Em resposta, o  
220 mediador informou que a contribuição foi acatada, pois faz parte do escopo do  
221 projeto ampliar o leque de informações sobre as obras públicas, apesar das



222 dificuldades em integrar os diversos sistemas. Ele ressaltou que na pesquisa de  
223 opinião disponível no *site* da SECONT, a ampliação das informações sobre  
224 obras públicas é o tema mais votado e é tido como prioritário para o projeto de  
225 ampliação e modernização do Portal da Transparência. Segundo ele, o desafio  
226 será grande, mas já está em curso um cronograma de reuniões envolvendo,  
227 inicialmente, DER e IOPEs, para discutir a integração de seus respectivos  
228 sistemas. Em relação ao pagamento das contribuições sociais, o mediador  
229 informou que eventualmente podem ocorrer casos em que o fiscal do contrato  
230 autoriza o pagamento com base em comprovações anteriores, o que pode  
231 resultar em equívoco caso a situação da empresa se modifique no mês seguinte.  
232 Em seguida, a palavra foi passada ao **Sr. Lino Franco**, representante do  
233 Gabinete do Vereador Sérgio Magalhães, da Câmara Municipal de Vitória. Ele  
234 parabenizou a equipe pelo trabalho realizado no Portal. Iniciou sua fala dizendo  
235 que o usuário não especialista tem dificuldades em compreender as informações  
236 da forma em que são apresentadas no Portal. Ele também ressaltou que a  
237 nomeação do Secretário Marcelo Zenkner deu esperança no avanço da  
238 transparência. Ele sugere que o Portal seja renovado de forma constante e que  
239 priorizasse o acesso pelo cidadão que tem pouco conhecimento técnico. Ele  
240 citou o exemplo do Portal de Vitória, onde é possível encontrar as informações  
241 desejadas, mas que esta tarefa é muito difícil para o cidadão comum. Por fim,  
242 manifestou que não concorda com a morosidade com que os processos de  
243 julgamento de contas são conduzidos no Tribunal de Contas do Estado e que  
244 deveria haver mais integração entre os poderes para divulgação de informações  
245 no Portal. Em sua resposta, o mediador concordou com o servidor da Câmara  
246 em relação ao tempo de julgamento das contas. Ele também informou que não  
247 faz parte do escopo do projeto detalhar os processos administrativos; no projeto  
248 está previsto buscar a integração das informações dos Poderes e divulga-las no  
249 Portal. Ele comentou sobre o exemplo do Portal do Município de Vitória, dizendo  
250 que o mesmo atravessa por um processo de evolução constante e que isso é o  
251 que se pretende para o Portal do Estado, que foi lançado em 2009, foi  
252 remodelado e agora passará por um terceiro ciclo de evolução, o que inclui a  
253 alteração da base tecnológica. O mediador passa a palavra novamente para o  
254 **Sr. Fabrício Ceccato Borgo**, Auditor do Estado. Ele comentou a questão da  
255 divulgação ausência de informações sobre obras públicas no Portal do Município  
256 de Itapemirim relatada pelo Sr. José Mauro Sales da Penha e informou que o  
257 TCEES disponibiliza o acesso ao GEO-OBRAS e que neste sistema as  
258 respectivas informações poderiam ser acessadas. Ele questiona se o Estado  
259 não poderia importar as informações do GEO-OBRAS para divulgá-las em seu  
260 Portal da Transparência. Em resposta, o mediador informou que na Prefeitura de  
261 Vitória, o processo de alimentação do GEO-OBRAS está centralizado em uma  
262 única estrutura, mas que no Estado isso é pulverizado em várias secretarias, o  
263 que dificulta o controle. Segundo ele, existe no Estado um estudo em curso para  
264 centralizar a alimentação das informações, o que facilitaria o controle das  
265 informações a serem publicadas. Caso isso não seja possível, existe a  
266 possibilidade de que as informações sejam extraídas do GEO-OBRAS da forma



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

267 em que o sistema é alimentado atualmente. **Encerramento:** Esgotada a pauta, o  
268 mediador informou que no prazo de 15 (quinze) dias será divulgado o Relatório  
269 Consolidado da Audiência Pública e a respectiva Ata. Ele agradeceu a presença  
270 de todos e declarou encerrada a Audiência Pública, às dezoito horas, do que,  
271 para constar, eu, **RICARDO MONTEIRO OLIVEIRA**, lavrei a presente ata que,  
272 depois de conferida, vai assinada por mim e demais membros da organização  
273 da Audiência Pública nº 01/2015. \_\_\_\_\_.

274

275

276

**MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER**  
Secretário de Estado de Controle e Transparência

277

278

279

280

281

**LUIS FERNANDO MENDONÇA ALVES**  
Subsecretário de Estado da Transparência

282

283

284

285

286

**FABRÍCIO MASSARIOL**  
Auditor do Estado

287

288

289

290

291

**GIOVANI LOSS PUGNAL**  
Auditor do Estado

292

293